

## MEMÓRIAS, CULTURAS E EXPERIÊNCIAS URBANAS: JUDEUS NA PRAÇA ONZE, NO RIO DE JANEIRO

PAULA RIBEIRO<sup>1</sup>

Os imigrantes de origem judaica, ao chegarem ao Brasil no final do século XIX, não encontraram aqui nada que se assemelhasse ao seu país de origem; assim, através de uma ocupação considerada espontânea, começaram a reproduzir – nas diferentes cidades para as quais emigraram - uma forma de viver característica de seus países de origem. No caso do Rio de Janeiro, no espaço da Praça Onze, no centro da cidade do Rio de Janeiro, aos poucos, reuniram-se e formaram uma organização espacial de caráter étnico, que possibilitou a preservação e a manutenção de suas cultura e identidade na cidade. Sinagogas, escolas, clubes, lojas, restaurantes, consolidaram essa ocupação, tornando o espaço representativo de uma determinada cultura

Suas casas, vilas, os terreiros e as rodas de samba, os cafés, as alfaiatarias, as oficinas, as tipografias judaicas, sinagogas e as casas de móveis hoje são apenas “memórias”. Mas os membros da comunidade negra, por exemplo, que ali também se estabeleceram, realimentam e reelaboram uma memória social do lugar, o que pode ser entendido como uma forma de luta – pela sobrevivência e pela significação desse território que é (re)conhecido pela maioria dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro como o “berço do samba” e a “capital” daquela que ficou conhecida como “Pequena África”, para usar a definição cunhada pelo sambista Heitor dos Prazeres. Essa luta também se expressa por ter a comunidade negra, ainda hoje, na atual Praça Onze, um marco muito forte de sua cultura: o carnaval carioca. O Sambódromo foi construído nas suas proximidades, e ali está um monumento que se identifica totalmente com este grupo étnico: o Monumento a Zumbi, que é reverenciado anualmente no dia 20 de novembro, feriado na cidade do Rio de Janeiro, Dia da Consciência Negra, Dia de Zumbi dos Palmares, um exemplo de representação e prática social nesse espaço. O Monumento a Zumbi, o Sambódromo, a escola Tia Ciata e o Palco João da Baiana reforçam os profundos e permanentes vínculos estabelecidos entre a cultura popular carioca de origem negra com este território. O fato de estarem situados na região da

---

<sup>1</sup> Universidade Estácio de Sá – Doutora em História Social pela PUC/SP

antiga Praça Onze, na “Pequena África”, aumenta a importância histórica deste local da cidade como espaço de memória, identificado com um determinado grupo étnico, reafirmando assim a contribuição dos negros para a cultura brasileira.

Mas se há uma valorização da memória da cultura negra atrelada à história da Praça Onze, em nossa pesquisa investigamos um outro segmento da sociedade que partilha do que poderíamos chamar da história da Praça Onze. Ele converge para uma pluralidade de sujeitos (imigrantes judeus) que nela vivenciaram experiências sociais e que atribuem ao lugar diferentes significados e sentidos. Incorporar a esta história outros sujeitos, variados pontos de vista, significa confrontar um sujeito com outro e memórias com memórias. Assim, as diferentes memórias dos diferentes grupos que compartilharam o espaço da Praça Onze são partes constitutivas da mesma história, sendo esta a dinâmica dos processos culturais.<sup>2</sup>

Se não há marcos urbanos que remetam a traços da cultura judaica na Praça Onze, isto não significa que não haja conservação de memórias da cultura judaica atreladas a ela, o que se torna possível porque a dissolução deste núcleo não deixou de garantir e preservar tais lembranças. Essa conservação pode ser observada através de memórias mantidas por relatos – escritos e orais – e livros sobre o tema ou sobre diversos tipos de eventos, como almoços de confraternização. Os judeus elaboram uma memória da Praça Onze e expressam ainda hoje, de diferentes formas, o sentido de pertença ao lugar. Isto faz com que a história do grupo na Praça Onze se torne “visível” aos olhos dos habitantes da cidade.

Desta forma, ao valorizar e preservar esta memória, o grupo reafirma o diálogo com a cidade e com esta espacialidade. O núcleo judaico é um testemunho cultural do lugar, porque é mais um traço significativo da história da Praça Onze, o que permite a ele manter-se em diálogo com diferentes marcas que nela se cruzam.

No início do século XX, identifica-se a chegada dos primeiros imigrantes de origem judaica, os quais se estabeleceram nas imediações da Praça Onze e das ruas Visconde de Itaúna e Senador Euzébio, que eram as principais da região. Outras adjacentes, como a rua de Santana a Marquês de Pombal, a General Pedra, a Benedito Hipólito, a Júlio do Carmo e a General Caldwell, também faziam parte do que era

---

<sup>2</sup> Este texto é baseado na minha Tese de Doutorado: “Cultura, memória e vida urbana: judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro (1920-1980)”. PUC/SP, 2008.

chamado por alguns imigrantes de “bairro judeu”.

Essa forma de concentração urbana representa um fator fundamental da experiência judaica na cidade do Rio de Janeiro; ali os imigrantes ocuparam os sobrados antigos que serviam de moradia e também eram utilizados para as atividades econômicas, dentre elas as oficinas e as fábricas de capas, mantôs, guarda-chuvas, as alfaiatarias e as pequenas indústrias do ramo de vestuário.

Essa forma de ocupação na cidade, vista pela ótica dos imigrantes judeus, representava “um fator de intimidade e segurança, em meio às vicissitudes da vida na cidade” (Fausto,1998:14). Aquela coletividade, composta de trajetórias de vidas diferenciadas, subtendia aquele espaço como o da infância, da juventude, do comércio, da cultura, da religião, do lazer e do trabalho. A Praça Onze e as suas adjacências eram o “lugar social” da comunidade judaica, região de reconhecimento e de similaridades entre os ocupantes que tinham como sentimento comum fazer parte dele. Ali fixaram fronteiras que não eram subjetivas, individuais, mas sim aquelas de uma área que concretizava vivências coletivas, adquiridas através do uso do “bairro judeu”.

O grupo então cria marcas, delimita regiões, relaciona-se com o local, que se torna ponto de referências pessoais e também coletivas (Arantes: 1994). A idéia de “espaço como marca”, como “notação das relações sociais”, é proposta por Raquel Rolnik, que considera que “existe uma relação para além de funcional entre os homens e os grupos sociais e o espaço”. Essa relação pode ser compreendida pela noção de territorialidade, que pressupõe a experiência subjetiva, a experiência vivida dos sujeitos no espaço social como parte do processo de “significação, de percepção e de construção” dessa mesma territorialidade (Rolnik, 1992:27-29) Nesse sentido, é possível dizer que a representação que os sujeitos fazem do espaço traz à tona uma conexão, um elo forte com o lugar, que é valorizado em suas narrativas quando se remetem “ao nosso bairro judeu”, como se quisessem deixar claro de que lugar estão falando e qual a sua referência no contexto da cidade.

A vivência e a convivência observadas na Praça Onze, eram possíveis graças à rede de relações étnicas e familiares e de vizinhança que se desenvolveram ali. Essa integração era verdadeira e coerente com o que observamos em suas narrativas. Falavam o ídiche, mantinham instituições sociais e religiosas próprias ao grupo, além de criarem ambientes para cultos religiosos, pequenos clubes e associações culturais e

outras condições para a reprodução de uma vida privada comum ao grupo. Isto se dava através das pequenas lojas de alimentos, do açougue que possibilitava a “produção” de carne *casher*, da confeitaria e dos restaurantes, das pensões judaicas e de lugares de lazer: para o teatro, a música, os bailes, a discussão sobre política, a biblioteca para empréstimo de livros em ídiche, as sinagogas para a manutenção do culto e as tipografias para a impressão de revistas e jornais em língua ídiche.

O idioma ídiche é considerado por muitos como “o reflexo da alma judaica”. O uso permanente da “língua judaica”, da “manifestação lingüística do judaísmo”, no ambiente da Praça Onze pode ser considerado como vital, pois era a língua materna (*mameloshen*) de muitos desses imigrantes da Europa Oriental, e seu uso e sua permanência no Brasil foram uma forma de manutenção e transmissão da própria cultura e história judaica no país. O ídiche possibilita a expressão de valores e modos de vida judaicos, reflete metáforas da cultura do grupo, preceitos morais e religiosos do judaísmo, além de ser o idioma literário do grupo asquenazita, que tem no escritor Scholem Aleichem, uma de suas grandes referências.

À palavra "ídiche" também são atribuídos outros significados, como o substantivo, por exemplo, para se referir a quem é judeu. Já a palavra *yidishkayt*, tão difícil de traduzir, seria algo como “viver como judeu”, “vivenciar e ter uma vida judaica”. Rosa Goldfarb, uma das entrevistadas em minha tese de Doutorado, informalmente definiu o que entende por *yidishkayt*: “é um *feeling*; uma convicção das tradições judaicas. É reconhecer o outro. É o íntimo. É o próprio judaísmo. O espaço da Praça Onze era um espaço de *yidishkayt*. Sabe, Paula, explicar é fácil, mas acho que entender é que é difícil” (Ribeiro, 2008).

Boris Fausto sugere que num primeiro momento o imigrante, percebendo-se “como outro” a partir de uma visão “etnocêntrica do nacional sobre ele”, organiza-se de forma a constituir o que chama de “microsociedades”, que reforçam seus laços étnicos e familiares e permitem que o imigrante crie um conjunto de condições sociais e culturais que viabilizem mais facilmente o processo de inserção na nova comunidade. As sociedades de socorros mútuos e os clubes comunitários de membros de uma mesma etnia são exemplos dessas “microsociedades” que, segundo o autor, são fundamentais como parte do processo de (re)inserção no país para o qual emigram. E elas também foram criadas pelos imigrantes que se estabeleceram na Praça Onze (Fausto, 1998:27-28).

Os pais de Elio Lederman – Jacob e Rachel Lederman – eram naturais de Varsóvia. Ainda noivos, em sua terra natal, pretendiam ir para o Canadá, mas não conseguiram visto. Por esta razão, Jacob Lederman veio para o Brasil em 1924. Mais tarde, em 1927, chegou Rachel, e casaram-se em 1929. Em 1934 nasceu Elio, que assim narrou suas primeiras lembranças da Praça Onze:

Eu nasci em 21 de março de 1934, na Praça Onze, e até os 7, 8 anos eu vivi na Praça Onze, quando eu me mudei pra rua Senador Furtado. Mas eu vivenciei toda a situação do novo urbanismo, que tirou todos aqueles sobrados, alguns lindíssimos, e algumas igrejas maravilhosas, segundo meu pai me contou, como a Igreja São José, que era lindíssima, e isso foi tudo abaixo. Minha avó, depois que eu nasci, colocou meus pais, que moravam em outro lugar, no apartamento 6, onde eu passei a minha meninice e que [em relação à própria praça] era de frente para Visconde de Itaúna. O que tinha na minha frente? Um açougue conhecidíssimo... açougue *kasher* e, inclusive, além de açougueiro, de ter açougue, ele era especialista em circuncisão. Verdade! Muito, muito conceituado, inclusive fez a minha e a do meu filho. E tinha uma venda, de um senhor chamado Luksenberg, aquele [tipo de] venda que não tem mais aqui no Rio. Em São Paulo tem: aquelas barricas de pepino, barricas de *arenques!* É uma coisa... Um cheiro fantástico! E eu ia... e minha mãe ia comprar algumas coisas lá... E encontrava com muita gente. O que mais me impressionou também na infância foram os judeus vendendo frutas, com dois cestos enormes, com um pau atravessado nos ombros, vendendo frutas. E, veja, tinha também a “beigaleira”, que vendia *beigales*. Ela gritava: “beigaleira...!”. Mas isso, mais para os anos 40, na Praça Onze, já tinha ido embora. [...]

Estes trechos do depoimento de Elio Lederman nos permitem correlacioná-los com as diversas formas com que os imigrantes se inseriram na Praça Onze e na cidade do Rio de Janeiro. O que chama a atenção é o fato de a narrativa de Elio expressar um viver na Praça Onze profundamente mesclado com a vida comunitária judaica, com isso nos apontando uma multiplicidade de usos e de ocupação desse espaço. Mas o lugar possibilita relações sociais diferenciadas e é necessário entender que os diversos grupos étnicos apropriam-se dele de maneira também diferenciada num “compartilhamento” da Praça Onze. Isto nos é mostrados pelos depoimentos, que nos ajudam a entender que as experiências pelas quais passaram expressam formas coletivas de viver e de se inserir.

Tinha tudo, tinha tudo... É, tinha padaria, tinha venda, mas [também] de não-judeus. Tinha armazém, como antes, de um conceito antigo, com aqueles bacalhaus pendurados no mármore... Tinha de tudo, não é? O ambiente da Praça tinha até jornaleiro judeu, sapateiro judeu nessa época... Mas a maioria começou a trabalhar à prestação [...] O ídiche era falado na rua. E as pessoas se reuniam na Praça Onze, dia de domingo, para bater papo. Aquele negócio ali de pequena cidade. Mas a virada foi na década de 1930 e princípio de 1940 [...]. E assim foi

que eu vi, [na] minha meninice, quando começou a cair a Praça Onze para abrir a Avenida Presidente Vargas (Elio Lederman).

A constituição deste espaço deve ser compreendida considerando-se aspectos econômicos e culturais não só do lugar, mas do grupo que ali se instalou e dele se apropriou. Aquela era uma região desvalorizada da cidade, nas proximidades da estação de ferro, do porto, caracterizando-se assim como área propícia à instalação de judeus mais pobres e também ligados às atividades econômicas urbanas. No entanto, obras de renovação ameaçaram o lugar e, com isto, "induziram" uma alteração em todo um modo de vida. Mas em nossa investigação foi possível constatar que a demolição da Praça Onze não significou ruptura quanto à vida judaica do grupo. Isto porque a natureza do espaço social da Praça Onze foi reelaborada em outros lugares da cidade, quando os judeus, antes mesmo das obras de demolição, transferiram-se para outros bairros do Rio, neles refazendo sua vida comunitária. Elio Lederman falou a respeito desse processo:

A Praça Onze sempre foi um lugar barato para morar... Para aqueles tempos, né? Então, era um lugar barato, e por isso os judeus que não podiam, que não tinham recursos, tinham que morar por ali mesmo, e ali criaram seus filhos, sua família. E depois foram migrando quando a Praça Onze foi derrubada. Foram migrando, primeiro para Tijuca, Flamengo, Praça da Bandeira. Tinha uma avenida na Praça da Bandeira, na rua Senador Furtado, que era chamada *idishe avenide*, "avenida dos judeus", porque era barato ali.

Os livros *Os judeus da Leopoldina* (Vaitsman, 2006) e *Vivência judaica em Nilópolis* (London, 1999) retratam justamente como a comunidade judaica se estabeleceu em outros bairros do Rio entre os anos de 1920 e 1950, reproduzindo um modo de vida com experiências sociais da vida judaica. Samuel Malamud (1988) considera a Praça Onze como um "gueto sem muros", tal era o número de lojas, instituições e serviços judaicos. Na região da Leopoldina, no entanto, tinha "uma comunidade pequena, e as instituições comunitárias – escola, sinagoga, biblioteca e grêmio juvenil – congregavam-se sob uma única instituição 'guarda-chuva', o Centro Israelita do subúrbio da Leopoldina, criado em 1929, que teve sede própria em Olaria". Ao longo dos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina – Olaria, Ramos, Penha, Bonsucesso, entre outros, além de Madureira, Méier e Nilópolis – constituíram um viver judaico na cidade que faz parte ainda hoje da memória do grupo (Vaitsman, 2006:23-35).

A Praça Onze parecia ser então "porto seguro" no início de vida no Brasil; ela tinha um papel importante porque ali se concentravam as instituições de auxílio aos imigrantes e também uma rede de apoio importante ao recém-chegado. Mas ao longo do trabalho percebemos que era um local temporário e de onde se queria sair tão logo fosse possível. Em outros bairros da cidade conseguiriam reelaborar suas experiências vividas na Praça Onze e reforçar laços de família e vizinhança.

A Praça Onze foi, sem dúvida, um núcleo intenso da vida social e cultural judaica, que era exercida nas lojas, nas ruas e nas casas. Mas isto também foi observado em outros pontos da cidade. Nossa percepção é de que ali existia um vínculo entre o lugar e o grupo capaz de construir um espaço de sociabilidade que assegurou, durante um período, a permanência de seus costumes e tradições. Mas percebemos que esse lugar não foi necessariamente fundamental para garantir a existência do grupo na cidade. Isto porque, a nosso ver, é do ponto de vista da cultura que o grupo se reelabora na cidade, sempre que suas práticas e experiências sociais se mostravam capazes de acontecer em outros espaços sociais. O modo de convivência observado na Praça Onze caracterizava o local em função de uma prática que nele se dava enquanto "ordem do vivido", portanto, do cultural. Essas práticas foram propícias para o estabelecimento do grupo nas primeiras décadas do século no novo país para o qual emigraram, ali "moldando" o lugar de forma a expressar a sua cultura. Mas a área foi ameaçada, e o grupo apropriou-se de outros espaços na cidade, nos quais imprimiram suas marcas, erigindo novas sinagogas e escolas – manifestações que criaram um sentimento de identificação e de relação de reciprocidade, assim como aquele que havia na Praça Onze. Dessa maneira, passaram a se firmar como grupo e deram continuidade ao seu modo de vida judaico em outros bairros. Foram estas relações que particularizaram o grupo, diferenciando-os no contexto da cidade (Certeau, 1996:37-45).

Há uma representação comum acerca da saída dos judeus da Praça Onze: a de que foram obrigados a deixar o lugar quando das obras de construção da Avenida Presidente Vargas. Este, na memória do grupo social investigado, não foi o motivo maior desta saída. Vale ressaltar que uma das conseqüências da construção da Avenida Presidente Vargas foi, ao se provocar a especulação imobiliária na região, dar início ao esvaziamento do Centro como região de moradia. Aquele momento marcou a

transferência de muitas famílias para outras áreas da cidade, principalmente Tijuca, Catete, Flamengo.

E Elio Lederman, em seu depoimento, reforça a idéia, contraposta por alguns autores, de que a destruição da Praça não era parte de um projeto maior de perseguição anti-semita na cidade, e de uma ação localizada de discriminação contra o grupo judeu e outros grupos sociais marginalizados que viviam na Praça Onze e adjacências. Fania Fridman relembra que a região, desde o início do século XX, era “estigmatizada pelos órgãos de repressão como locais de desordeiros”. Contribuía para esta imagem a concentração de atividades de lazer popular, como as gafieiras, as cervejarias, os boliches, os bares, os bilhares, além do Manguê, a zona do meretrício, que ficava nas proximidades, e também a presença da comunidade judaica que tinha, no período entre guerras, várias de suas correntes ideológicas, religiosas e políticas ali organizadas. Encontravam-se entre elas os judeus de esquerda, muitos membros do Partido Comunista Brasileiro, envolvidos com os acontecimentos políticos nacionais e internacionais; e que eram vigiados pela repressão política vigente na época (Fridman, 2007:70-74).

Concordo que a Praça Onze era um território com “contornos econômicos, políticos e culturais definidos” e com uma população de estrangeiros e proletários, a qual o governo desejava deslocar para outras regiões da cidade (*Ibidem*). Mas a meu ver a intenção maior era a intervenção física no local para a construção da “monumental” e “simbólica” avenida idealizada por Getúlio Vargas. E para a execução deste projeto tudo o que pudesse ser considerado “indesejável” ou que atrapalhasse os planos para a área que se pretendia valorizar deveriam ser “removidos”. Evelyn Lima considera que a “picareta do progresso” não poupou monumentos importantes e lugares tradicionais e históricos vinculados à memória da cidade, dentre eles a Praça Onze, que foi “tragada pelo avanço do progresso”. O plano elaborado para a avenida “não levou em consideração esta alma da cidade, repleta de tradições. O bairro judeu, as associações de negros, os imigrantes portugueses e italianos que se dedicavam ao comércio local nada significavam para os mentores do plano [Esta] grande cirurgia urbanística derrubou quarteirões inteiros da Praça Onze, alterando substancialmente a paisagem do bairro e empurrando seus moradores para outras localidades (Lima, 1990:37-53). “Nesta avenida inexistente o trinômio rua-avenida-praça, que necessita de integração e movimento; ao contrário, a destruição daquele “*locus* fervilhante de vida e de livres experiências humanas” afastou o indivíduo das ruas e da praça que a ele pertenciam (Lima, 1990:110-111).

Elio Lederman em seu depoimento emite um ponto de vista acerca da demolição da praça e do “centro judaico”, atribuindo um valor diferenciado ao compará-lo com o “próprio prédio da Prefeitura”, que tinha significado por sua arquitetura e por seu uso político, e que também foi demolido:

Demolir o centro judaico não foi preconceito. Era a modernização da cidade que se fazia necessária. O próprio prédio da Prefeitura, localizado no quarteirão entre as ruas Senador Euzébio e Visconde de Itaúna, voltado para a Candelária, foi demolido (Lederman, 2000).

Sobre o que havia representado a demolição da Praça Onze para a comunidade judaica, Elio Lederman opina:

as raízes [estavam] lá... Mas já havia, sabe, uma unidade judaica [em outros bairros, como] em Madureira, com clubes, sinagogas, no Méier, em Ramos, em vários lugares. Aí depois começaram a vir para zona sul alguns, não é? [Bairros como] Flamengo, Catete. Mas houve, nesse momento da demolição um sentimento ali naquele grupo de... [...] De perda. [...] Na Praça Onze, ali tinham as sinagogas... Tinham duas sinagogas: uma foi demolida com a construção da Presidente Vargas, a outra foi demolida pelo metrô. É, foi demolida pelo metrô, isso depois. Ela existiu [ainda] com a Presidente Vargas aberta. Aquela do outro lado da rua Santana, perto do muro da Central do Brasil. Mas [para mim] é difícil, porque eu era muito criança. E eu não sabia exatamente... essa conotação, que eu acho que os meus pais não passavam, essa angústia de ver aquele mundo ser destruído... Não passavam essa angústia, então, eu não sofri. Eu achava aquilo muito natural.

O depoimento de Luiz Gutlerner, nascido em 1933 em Minas Gerais, filho de pai polonês e mãe húngara, e que tinha avós que moravam na rua de Santana, reforça a fala de Elio Lederman, mas aponta para um dado significativo: a importância de se manter esta memória:

A construção da avenida mudou muito [o lugar]. Ela [a comunidade judaica] não conseguiu se manter por muito tempo ainda. Ela foi se esfacelando aos poucos, primeiro, pela própria desapropriação e abertura da avenida. E segundo porque os judeus, naquela época, eles já estavam conseguindo sair daquela pobreza inicial para uma vida melhor, já começavam a querer morar em bairros mais sofisticados. E com isso eles foram saindo. Mas a memória... Olha, tudo aquilo que vem do teu nascedouro você jamais consegue esquecer. A vida dos judeus no Rio de Janeiro está muito ligada à Praça Onze. Foi ali o começo de tudo, foi ali que tudo começou a acontecer. Até hoje, quando se fala em Praça Onze, todo mundo sabe o que quer dizer Praça Onze. Praça Onze era tudo, a vida toda da comunidade se desenvolvia ali.

Perguntado se o grupo se sentiu "expulso" do lugar com esta obra, ele relembrou:

Não. Em nenhum momento o grupo se sentiu expulso do lugar. O grupo, na realidade, foi se desfazendo aos poucos, porque você sabe que nós não nos contentamos em ficar parados no mesmo lugar. [...] Afinal de contas, a gente, até hoje cultua com eventos a Praça Onze. Se nós temos esse saudosismo, é porque a gente gostava do lugar. Nós tínhamos toda uma vida comunitária concentrada ali. Só que, para morar, a gente não estava mais querendo morar lá. A gente já estava indo para Copacabana. E, hoje em dia, nós já estamos no Leblon e na Barra, porque houve uma melhora no nível, no *status* da coletividade, debaixo de muito trabalho e de muito estudo também, porque os filhos já freqüentavam universidades e já estavam se tornando engenheiros, médicos, professores, catedráticos e não queriam mais morar na Praça Onze.

A narrativa de Luiz Gutlerner indica que a transferência para outros bairros da cidade não se deveu tanto à execução de um projeto urbanístico que interferiu na vida pessoal, comercial e comunitária do grupo, mais sim ao fato da ascendência social deste grupo. Seus integrantes aos poucos foram deixando o lugar para se inserirem como habitantes e como comerciantes em outros bairros do Rio. A família de Luiz e outros membros da sua comunidade, do seu grupo de referência, acompanharam o desenvolvimento da classe média urbana.

A sogra de Luiz Gutlerner era proprietária da conhecida Confeitaria Clara, na rua de Santana, n. 60, e Luiz narra a transferência do negócio para outro bairro na cidade:

A Confeitaria Clara era na Praça Onze. Quando a Praça Onze foi embora, eu virei para o meu sogro e disse: "Por que o senhor não vem para cá, para o Catete?". Era tudo muito difícil, não é? Mas eu ajudei... E eles saíram da Praça Onze na década de 60. Teve um comprador interessado. Eles sabiam que estava desapropriada, mas teve uma pessoa que quis comprar assim mesmo, porque naquela época tinha aquela coisa de dizer que projetos do governo levavam cem anos para sair do papel, ainda mais construir um metrô. Aí eles arranjaram um comprador, compraram a loja do meu sogro e com esse dinheiro ele veio para o Catete. [...] No Catete eles ficaram até o metrô chegar. Desapropriou também. Você vê como são as coisas.... Foi no ano de 1975 que começou a demolição do Catete. A minha sogra tinha a confeitaria lá na rua do Catete e o metrô realmente atingiu em cheio aquela área [...]. Tinha um imóvel grande, com uma padaria lá dentro, onde fazíamos aqueles doces judaicos, aqueles pães todos especiais. E essa foi atingida sim com a desapropriação do metrô. Mas eles pagaram à gente direitinho e nós pudemos comprar uma outra loja na mesma rua do Catete, mas do outro lado.

E interessante neste trecho da narrativa perceber que, como disse Samuel Malamud (1988) “para os velhos pioneiros da vida comunitária carioca, o desaparecimento da Praça Onze foi muito penoso”, e o foi, com certeza, para grande parte dos moradores. No entanto, para a maior parte dos membros do núcleo judaico, foi

possível reelaborar-se como grupo em outras áreas da cidade. Como exemplo, estabelecendo uma confeitaria judaica no Catete, o que significa que já havia clientela para este tipo de comércio. Os bairros do Flamengo e do Catete já abrigavam uma pequena comunidade judaica asquenazita, a qual orientou este fluxo de imigrantes egressos da Praça Onze. Muitos deles instalaram na rua do Catete dezenas de lojas de móveis – várias oriundas da Praça Onze – que foram por décadas referência na cidade

Assim como no Catete, nos bairros próximos, como Flamengo, Botafogo e Laranjeiras, o núcleo judaico recriou espaços de sociabilidade que asseguraram a permanência de seus costumes e tradições, inclusive instalando sinagogas, escolas judaicas, bibliotecas e clubes, como a Hebraica, nas Laranjeiras. A experiência da demolição vivenciada no Catete na década de 1970 para a construção do metrô no bairro demonstra que a cidade não pára e que seus habitantes, por um lado, sofrem com essas mudanças; mas, por outro, beneficiam-se com elas. Podemos dizer que não houve uma luta por parte dos judeus pela manutenção da ordem física da Praça Onze, mas sim que lutaram para preservar o espaço, ou os espaços de relações sociais e culturais constituídas por eles com características próprias de sua cultura, a qual queriam preservar no Brasil. Este lugar inicialmente foi a Praça Onze, mas também foi Nilópolis, Olaria e Ramos e, com as devidas proporções, Flamengo, Botafogo e Laranjeiras.

O jornalista Alberto Dines inicia o seu artigo “O ídiche dá samba” afirmando que

se existe alguma coisa que explica o milagre da sobrevivência da cultura judaica é, sem dúvida a necessidade individual e coletiva de lembrar. Inclusive as coisas que jamais aconteceram diretamente conosco. Este tipo de exercício pode desaguar em duas atitudes: a ruminação estéril e estática em torno da tradição e dogmas ou uma integração da pessoa no processo histórico [...] O uso da memória, desse modo, pode desembocar tanto nos ritos como na história (Dines, 1984).

Podemos dizer que Dines está valorizando a possibilidade de se usar a memória para se fazer história. E isto, no caso específico da presença do núcleo judaico na Praça Onze, é passível de ser observado de diferentes formas. Exemplificamos a seguir com dois importantes meios de manutenção de preservação desta memória:

Em primeiro lugar, a obra do escritor Samuel Malamud, que “usa a memória para fazer história”, ao publicar em ídiche pela Imprensa Israelita, em 1981, o seu ensaio memorialístico *In Odenk fun Praça Onze (Em memória da Praça Onze)*, que foi

traduzido para o português em 1988 com o título *Recordando a Praça Onze*. Em segundo, na realização de um evento intitulado “Reencontro dos Saudosistas da Praça 11 e adjacências”, no clube Hebraica, em Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro, onde 700 pessoas se reuniram para relembrar os tempos da Praça Onze. A organização dessa reunião, a nosso ver, reafirma a força do passado e mostra os efeitos potenciais da memória.

Luiz Gutlerner, em sua narrativa, diz que se “afinal de contas a gente até hoje cultua com eventos a Praça Onze, se nós temos esse saudosismo, é porque a gente gostava do lugar”. Este vínculo foi mantido vivo pelos imigrantes e seus descendentes através de suas memórias, que são reelaboradas em eventos como este encontro que reuniu cerca de 700 pessoas. A emoção de Luiz Gutlerner ao narrar o evento demonstra a luta desses antigos ocupantes da Praça Onze em manter esta memória. Aliás, eles se sentem responsáveis – assim como Samuel Malamud demonstra no seu livro – por conservá-la e transmiti-la. Ao ser indagado sobre a presença de 700 pessoas no evento, Gutlerner refletiu:

Esse número, para nós, significa que a Praça Onze não tinha caído no esquecimento. Apesar de não existir mais como Praça Onze, quero dizer, que nenhum judeu morasse mais na Praça Onze, eles tinham saudades de lá. Quando você falava que ia ter um almoço, uma festa, uma homenagem para aqueles que moraram na Praça Onze, com painéis de fotografias da época, todo mundo queria. No final, na última semana, tinha gente brigando por um convite e não tinha mais. Olha, foi uma coisa... Foi muito legal.

Para "ilustrar" o evento, organizou-se painéis com fotos da Praça Onze depositados em arquivos públicos da cidade do Rio de Janeiro. Luiz bem sabe que através de fotografias memórias são revividas e estimuladas:

Nós fomos em dois lugares. Um foi no arquivo da Light. A Light tem um arquivo fabuloso de fotografias. E ali na Praça Onze, onde fica o Arquivo Geral da Cidade, este já está todo moderno, está tudo no computador, e eles também têm largo acervo de fotografias da época. E foi ali que eu consegui. Tem até fotos da construção da Praça Onze mesmo. Quando as linhas de bonde chegaram, a Light teve que abrir as ruas para colocar os trilhos e tudo mais. Eu tenho fotografia ali dessa época. E fizemos a reprodução e colocamos em painéis nas paredes. As pessoas que viveram na Praça Onze, quando chegavam em frente aos painéis gritavam assim: "Meu Deus, olha a casa em que eu morei!", e os olhos cheios de lágrimas... Quer dizer, a coisa era pesada, era um sentimento muito forte.

Tanto Luiz Gutlerner como os outros organizadores do evento têm consciência e valorizam a continuidade desta memória. Isto fica comprovado pelo fato de terem

organizado um álbum fotográfico com todo o material ilustrativo resgatado para o dia do evento, o qual doaram para o Museu Judaico do Rio de Janeiro.

Na realidade, esse álbum foi todo confeccionado por um grupo do qual eu fazia parte e, quando terminou a festa, o almoço, nós tivemos a preocupação de deixar toda essa memória fotográfica em um local onde pudesse ser preservada, para que não desaparecesse, não é? Aí veio a idéia do Museu Judaico, que é um local onde está muito bem guardado, eu sei, e as pessoas o consultam de vez em quando para lembrar alguma coisa da Praça Onze.

Como Pierre Nora destaca, um acontecimento "testemunha menos pelo que traduz do que pelo que revela, menos pelo que é do que pelo que provoca" (Nora *apud* Knauss, 2007). Ao se investigar a história do evento ocorrido no Clube Hebraica, não se pode deixar de admitir que a memória do núcleo judaico que viveu a Praça Onze se mantém viva no grupo e na cidade ainda hoje, não obstante ela perdue "mesmo diante da ausência de rituais ou de monumentos".(Idem)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. "A Guerra dos Lugares – sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano". In: HOLLANDA, H.B. (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidade*. Rio de Janeiro: IPHAN/MINC, n. 23, 1994, p. 191-203.

DINES, Alberto. O ídiche dá samba. In: *Revista Shalom*. São Paulo, fev. de 1984, p.10.

FENELON, Déa R. "Cultura e história social: historiografia e pesquisa." In: *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: Educ, n. 10, 1993, p. 73-90.

FRIDMAN, Fania. *Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Ed., 1989.

KHOURY, Yara Maria Aun. "Narrativas orais na investigação da História Social." In: *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: Educ, n. 22, 2000, p. 79-103.

\_\_\_\_\_. "Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história". In: : FENELON, D. R. e ANTUNES, L., ALMEIDA, P. R. e KHOURY, Y. A. (org). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2000, p.116-138.

KNAUSS, Paulo et alli. “Esfinges urbanas – quadros da imaginária urbana”. In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999, p.136-160.

----- . “A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea – o incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961”. *Revista Brasileira de História*, v.27, n.53, São Paulo, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah>.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica. Imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1994.

LIMA, Evelyn Furkin Werneck. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Biblioteca Carioca, 1990.

LONDON, Esther. *Vivência judaica em Nilópolis*. Rio de Janeiro:Imago Ed, 1999.

MALAMUD, Samuel. *Recordando a Praça Onze*. Rio de Janeiro: Kosmos Ed., 1988.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, Biblioteca Carioca, 1995.

MOURA, Roberto Murcia. *Praça Onze: no meio do caminho tinha as meninas do Mangue*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, Coleção Cantos do Rio, 1999.

PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade.” In: *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo: Educ, n. 14, fev./1997, p. 7-24.

RIBEIRO, Paula. *Praça Onze: um estudo sobre etnicidade e cultura urbana*. In: LEWIN, hhelena (org.) . *Judaísmo e modernidade:suas múltiplas inter-relações*. Rio de Janeiro: Programa de estudos Judaicos, UERJ, 2007.

RIBEIRO, Paula. *Cultura, memória e vida urbana: judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro (1920-1980)*. Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP. São Paulo: 2008. Digitada.

ROLNIK, Raquel. “História Urbana: história na cidade?” In: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A.F.(orgs.). *Cidade e História - modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador, UFBA/Faculdade de Arquitetura, ANPUR, 1992, p. 27-29.

SAMUEL, Raphael. “História local e história oral.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, n.19, set. 1989/fev. 1990, p. 219-243.

SOARES, Marisa de Carvalho. “Nos atalhos da memória: monumento ao Zumbi”. In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999, p. 117 –135.

SZKLO, Gilda Salem. “Mémoires juives à Rio de Janeiro: art narratif et histoires de vie”. In: MATTOSO, Katia de Queirós et alii (dir.). *Matériaux pour une histoire culturelle du Brésil – objets, voix et mémoires*. Séminaire du Centre d’Etudes sur le Brésil. Paris: Ed. L’Harmattan, 1999, p. 129-143.

VAITSMAN, Heliete. *Judeus da Leopoldina*. Rio de Janeiro: Museu Judaico do Rio de Janeiro, 2006.

WORCMAN, Susane. *Heranças e lembranças: imigrantes judeus no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ARI/CIEC/MIS, 1991.